

FTIGESP NEWS // Jornal DCI, com 85 anos, fecha em sete meses de governo Bolsonaro

, 27 Setembro 2019 - 11:21:17

Última edição do DCI circulou na segunda-feira (23), semanas depois da medida do governo federal que afetou as receitas dos jornais impressos. A medida desobrigou a veiculação dos balanços empresariais e os editais

Sequer completou sete meses desde que assumiu a presidência do Brasil para o governo Bolsonaro ter contribuído para o fechamento do tradicional Diário do Comércio, Indústria e Serviços (DCI), da capital de São Paulo – maior metrópole da América Latina. O jornal completou 85 anos este ano. Mas sucumbiu meses após o decreto presidencial que afetou a receita da comunicação impressa em todo Brasil, pois acabou com parte expressiva da publicidade desses jornais ao liberar o setor empresarial de publicar o balanço financeiro e edital. Assim, a última edição do DCI foi na 2ª feira e os trabalhadores tiveram de discutir sobre a própria demissão dias antes.

O DCI já não tinha parque gráfico. "O jornal era impresso pelos gráficos do Estado", conta a direção do Sindicato da classe em São Paulo (STIG). A entidade, por sua vez, ainda avalia se o fim do DCI poderá ter impactos sobre os trabalhadores do Estado. O fato é que já impactou os jornalistas e administrativos que atuavam no Diário do Comércio, Indústria e Serviços. A empresa já até encaminhou uma proposta de desligamento incentivado, estando os profissionais na terrível situação de decidir sobre a demissão.

Em assembleia dos trabalhadores no Sindicato dos jornalistas no último dia 17, os profissionais de ambas as categorias aprovaram a proposta de desligamento. "São 12 jornalistas e 17 da área administrativa do DCI", diz o advogado do STIG-SP e do sindicato dos jornalistas, Raphael Maia. O jurista informa que, apesar da infeliz situação do fim do jornal e demissão dos empregados, o DCI fez uma proposta de incentivo até interessante.

A empresa ainda garantiu o pagamento de todas as verbas rescisórias e o FGTS dentro dos prazos legais. Ademais, incluiu no plano de demissão, uma bonificação financeira condicionada ao tempo de trabalho de cada funcionário. Para cada ano de serviços prestados, uma quantia adicional será inserida nas verbas rescisórias em favor do empregado. E também será garantida a extensão da validade do plano de saúde, mesmo depois dos desligamentos. Pelo acordado, será mantido por mais seis meses.

"É lamentável as ações deste governo que em vez de criar mecanismo para solucionar o desemprego, atua na direção contrária, flexibilizando as relações de trabalho e alterando leis contra direitos trabalhistas. Não é para isto que um governo é eleito", fala Leonardo Del Roy, presidente da federação paulista da classe (Ftigesp), entidade que o STIG é filiado.